



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de junho de 2017

No dia trinta de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 19 de abril, do ano 2017.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Escritura Pública da alteração de estatutos da ANAM / Para conhecimento;

4.3. Relatório e Contas Consolidadas – 2016;

4.4. Contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Montalegre na Junta da União de Freguesias de Montalegre e Padroso para a gestão da Casa Mortuária de Montalegre;

4.5. Águas do Norte – Grupo Águas de Portugal / Plano de Atividades e Orçamento 2017, Relatório & Contas 2016 e Relatório do Governo Societário de 2016 / Para conhecimento;

4.6. Proposta de transformação da sociedade por quotas “Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda” participada pelo Município de Montalegre, em sociedade anónima;

4.7. Ratificação da Adenda ao Contrato de Organização do Campeonato de Rallycross / Ratificação / Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais;

4.8. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015.

4.9. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Meixedo e Padornelos, destinado a apoiar as despesas com a construção da Casa Mortuária de Meixedo;



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.10. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a financiar as obras em Viade de Baixo e Fervidelas;

4.11. Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, destinado a apoiar as despesas com a realização do Evento da Misarela 2017;

4.12. Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Santo André, destinado a apoiar as despesas com a realização de obras na piscina de Santo André;

4.13. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António José Lourenço Gomes, residente na rua Portela Poça, nº 15, Paredes do Rio, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.14. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Óscar Rodrigues Oliveira, residente em Beco Castelar, nº 3, Vilar de Perdizes, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.15. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Nuno Miguel Gonçalves Pereira, residente na rua Central, nº 25, Pereira, Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.16. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Silvestre Dias Teixeira, residente na rua Principal, nº 1, Antigo de Sarraquinhos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

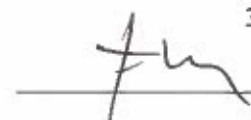
4.17. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Jorge Pinto Mendes, residente na rua Principal nº 20, Peirezes, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.18. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Acácio Silva Pires Rio, residente na rua do Bairro nº 7, Lamas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.19. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Pedro Esteves Gonçalves, residente na rua Quebrada, nº 3, Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.20. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Ricardo Teixeira Silveira, residente na rua Vaganheira, nº 3, Pedrário, freguesia de



 3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sarraquinhos destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.21. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Maria Eira Martins, residente na rua da Fecha, nº 20, Parada, freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.22. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Fernanda Jesus João Eira Martins, residente na rua da Fecha, nº 20, Parada, freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.23. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Lurdes Fátima Santos Pires Carneiro, residente na rua Barro, nº 12, Sarraquinhos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.24. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Antónia Pereira Alves, residente na rua Santa Maria Madalena, nº 4, Vial da Ponte, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.25. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Emília Gonçalves Abreu, residente na rua do Adro, nº 3, Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.26. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ermelinda Dias Eira-Cabeça de Casal Herança, residente na rua Fecha, nº 20, Parada, freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec-Lei n.º 165/2014, de 5/11);

4.27. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Sónia Margarida Dourado Fernandes, residente na rua D'Além, nº 5, Amial, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec.-Lei n.º 165/2014, de 5/11);

4.28. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Lúcia Jesus Fernandes Santos Pereira, residente na rua Central, nº 25, Venda Nova, União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec-Lei n.º 165/2014, de 5/11);

4.29. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Carlos Jesus Rodrigues Moura, residente na rua da Igreja, nº 16, Paredes do Rio,



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec-Lei n.º 165/2014, de 5/11);

4.30. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Glória Alves Santos, residente no Largo Rigueiro, nº 16, Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.31. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Rosa Conceição Gomes Duarte, residente na rua Principal, nº 20, Brandim, Viade de Baixo, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.32. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Graça Barroso Ponteira Gonçalves, residente na rua Principal, nº 20, Brandim, Viade de Baixo, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.33. EHATB, BIM, SA / Relatórios de Execução Orçamental 1º trimestre 2017.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta e nove membros à exceção dos deputados Carla Rodrigues, José Fernando Moura, Albertina Lopes, Clotilde Gomes, Alda Malho, Ana Maria Martins, José Carlos Costa, Rui Duarte, José Paulo Pereira, Lúcia Jorge, Adriano Costa e António Reis.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Marco Sousa, Carla Rodrigues, Nuno Pereira, Clotilde Gomes, Alda Malho, José Carlos Costa, Lúcia Jorge e Domingos Costa.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados António Eduardo Santos, Márcio Azevedo e Amadeu Fortunas.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, estiveram presentes os Senhores Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, e José Duarte Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 19 de abril, do ano 2017.

A ata da 2ª sessão ordinária, realizada no passado dia 19 de abril de 2017, foi posta à consideração, tendo o deputado Pedro Barroso feito alguns reparos.



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Relativamente à ata, considero que tem muitas incorreções. Muitas frases que foram ditas não aparecem transcritas, outras aparecem com outro sentido e aparecem outras que não foram proferidas.

Por exemplo, na página 7, nas intervenções do deputado Ricardo Moura acerca do Dr. Barroso da Fonte, ele disse: "ele não vive em Codeçoso" e não "em Meixedo" como vem na ata, e "não fala nas obras feitas em Codeçoso nos mandatos de Juntas apoiadas pelo PS e que rondam os 500 mil euros", falta o sublinhado. A frase final, ("Disse que a Câmara vai continuar a fazer obras sem olhar a quem, sejam do PS ou PSD. O executivo camarário não é como eles. Quando se promete, cumpre-se.") deve ser revista pois não faz sentido.

Na página 10, na intervenção do Sr. Presidente (4º parágrafo), onde vem "25 mil euros", deve vir "35 mil euros", até para fazer sentido com a intervenção do Sr. Ricardo Moura. No 6º parágrafo ficou a acusação do Sr. Presidente sobre "bicadas e indignidade", mas também faltam as suas expressões indignas que me dirigiu como "fica-lhe bem a canga" ou que eu "jungia bem com o Prof. Carvalho de Moura".

Na página 11, na intervenção do deputado Acácio Gonçalves, no segundo parágrafo, devia constar "solidarizou-se com o deputado Pedro Barroso depois da tentativa de humilhação do Presidente Orlando Alves e também porque não vê nenhum mal em uma pessoa desfilhar-se do partido socialista", e não como vem transcrita.

A resposta do Presidente, à minha segunda intervenção, carece quase toda de ser revista pois há várias expressões que ele não disse e outras com o Português desvirtuado e maltratado. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções dos deputados José Miranda Alves, Nuno Pereira, Pedro Barroso, Joaquim Babo e Marco Sousa.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Alberto Fernandes, Marco Sousa, Fátima Crespo, Domingos Vasconcelos, Ricardo Moura, Pedro Barroso, Nuno Pereira, Paulo Barroso, Ana Isabel Dias e Fernando Rodrigues.

O deputado João Soares disse que mais uma porta se abriu no Reino Maravilhoso, as Minas da Borralha. Para além dos eventos que lançam o nome do concelho para o mundo, agora também as Minas da Borralha são motivo de orgulho. Universitários e outros visitantes ficam encantados com o que lá visitam. O trail do volfrâmio vai receber gente de todas as zonas do país. São mais de 300 pessoas que vão ficar alojadas em Montalegre.

Pela Borralha passaram várias gerações que por lá estudaram, animadores da Rádio Borralha e o selecionador nacional Agostinho Oliveira.

Disse que já lançou a todos os membros da Assembleia Municipal o repto para irem lá visitar o espaço pois o nome é grande – Borralha. Espera que o executivo camarário continue com este projeto.

Questionou o PSD pelo facto de afirmar que a exploração do lítio está confirmada. Perguntou como é que o PSD sabe disso e quais as suas fontes. Disse que deve ser moda levantar notícias e depois pedir desculpas.

O deputado António Ferreira entregou o seguinte documento à Mesa: "O PSD, com grande espalhafato, lançou uma campanha contra a aquisição de um equipamento LED pela Câmara



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Municipal, tecendo considerações e comentários impróprios e até linguagem inadequada (brejeira) para esta Assembleia, contra um deputado Municipal. Já na altura alertamos para o exagero da "festa" antecipada da perda de mandato de Paulo Barroso.

Agora, conhecendo-se a sentença do Tribunal Administrativo, o PS deixa aqui a seguinte nota: o PSD, na sua criação fictícia permanente, arrogante e desrespeitadora, como faz noutras matérias, escreveu, publicou e republicou mais de 50 artigos sobre o LED colocado pela Câmara de Montalegre, tendo garantido a perda de mandato de Paulo Barroso na Assembleia Municipal. Na altura o PS respondeu à polémica arditosamente baixa do PSD provando a legalidade do processo, assumindo que realmente a compra foi feita a uma pessoa da terra, mas pelo preço que se pagaria a alguém de fora.

Mas não chegou. O PSD, pela mão de Carvalho de Moura, Marco Sousa e Duarte Gonçalves, denunciou ao Tribunal Administrativo e pediu a perda de mandato do membro da Assembleia Municipal porque um socialista não pode vender à Câmara.

A sentença do tribunal chegou e diz: archive-se: não há lugar a perda de mandato e o processo de aquisição pela Câmara é normal. E agora? Estamos para ver qual é a responsabilidade que o PSD assume.

Será que irá pedir desculpa política e pessoalmente pelos prejuízos que causou a nível comercial a Paulo Barroso?

Mesmo que o admitisse, os estragos estão feitos, e nesse jogo sujo o PSD ganhou. Na avaliação dos Barrosões vamos ver nas eleições. Assinado, o deputado municipal António Ferreira."

Disse ainda que na vila já se falava na festa da candidatura do PSD às eleições autárquicas mas nada se viu. Consta-se que vai ser adiada e gostava de saber a razão, se é pelo tempo, se não tem padrinho, se não tem gente ou se há mouro na costa.

O deputado Acácio Gonçalves disse que quem quiser saber das notícias publicadas no jornal Noticias de Barroso que o compre e as leia com atenção, a começar pelas do Arcipreste de Montalegre. Mas há uma notícia que não pode deixar de falar nela e pediu esclarecimentos ao Presidente da Assembleia sobre as faltas das deputadas da assembleia municipal, também elas ligadas à CPCJ, Ana Maria Martins e Clotilde Gomes que rondam os 66%.

Pediu esclarecimentos sobre o projeto europeu que saiu num jornal da região de Ourense que diz que, no dia 20 de junho, o executivo reuniu em Ourense para se discutir o projeto europeu de proteção do património das zonas de montanha (CRIMNA), que envolve mais de um milhão de euros. Gostava de saber do que se tratou pois, pelo que entende, trata-se de uma revolução cultural transfronteiriça.

Disse que o Conselho Municipal da Juventude foi criado em 2013 e nunca este conselho reuniu. Realçou que este conselho tem fins regulamentados legalmente e que deve ser obrigatoriamente ouvido para elaboração do orçamento municipal. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara, por deputados da Assembleia Municipal, um representante dos estudantes do agrupamento e dos representantes partidários. Nada disto é feito. É um Conselho morto. Pensa que a autarquia de Montalegre se desleixa com a juventude.

Acusou o Presidente da Câmara de prometer e ameaçar subtilmente as pessoas com telefonemas pois quer submeter toda a gente à sua postura, mas esse assunto irá ser discutido mais tarde.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "O PSD difundiu um comunicado, coincidindo com um artigo semelhante do jornal público, que merece aqui alguns comentários e algumas perguntas.

Sabemos que o PSD de Montalegre anda muito agitado. Perante este desastre eleitoral que todos lhe apontam, acusa e ameaça em todas as direções. Até a gente do seu próprio partido leva "estadulhada".

Claro que o que se quer esconder é isto: a três meses do ato eleitoral autárquico o PSD não arranja candidatos em mais de metade das 25 freguesias.



*f m*⁷

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E perante esta agonia, Carvalho de Moura, em bizarro comunicado, desafia Passos Coelho a ser candidato a Montalegre para fazer o que ele não é capaz de fazer. E não fica por aqui a afronta do homem desavindo com tudo. Mostrando a sua fraqueza de caráter, ataca adversários políticos e ex-políticos e envolve e tenta humilhar os seus familiares e amigos e ainda acusa a distrital do seu partido de "falta de solidariedade e respeito" e até ameaça abandonar. Isto é, contra tudo e contra todos ... o PS de Montalegre, o PS e o PSD de Boticas, o PSD distrital e até os "companheiros" de Vila Real.

Aqui há algum tempo, declarou na primeira página do seu jornal a saída do PSD e a sua passagem para os monárquicos, porque o partido não servia. Agora já só ele é que é PPD/PSD. Em Montalegre, e até no distrito...

Alguém nota diferença entre esta pessoa, o homem que escrevia (e escreve) com o "estadulho" e o arrogante e teimoso que perdeu a Câmara depois de avisos, a dizer que não precisava de ninguém e que ganhava sozinho?

Mas mais novidades no PSD: na carta de apresentação, o candidato, em vez de mostrar ideias e soluções, diz só que é o melhor e veja-se porquê: porque tem "amigos na comunicação social"! O que pensa este candidato, afinal? A avaliar pela notícia do jornal "O Público" de 21 de junho, acha que lhe bastaria essa amizade e ter palco para lançar atordoadas e dizer mal de tudo e de todos.

E depois disto, para se compreender melhor a ética jornalística que não ouve os visados, nem permite o contraditório, ou para percebermos se há "esquema", precisávamos destas respostas: 1 – Alguém do PSD de Montalegre está ligado à SONAE?; 2 – A SONAE não é dona do Jornal "O Público"?

Não haverá aqui coisa? Ora digam lá? E digam se a ameaça de abandonar é a sério. Assinado, o deputado municipal, Alberto Fernandes."

O deputado Marco Sousa, sobre o que foi dito sobre o pólo museológico da Borralha disse que concorda plenamente pois o seu avô foi mineiro nessas minas e qualquer iniciativa que perpetue a sua memória é solidário.

Sobre a denúncia feita acerca do painel LED, disse que quem a fez foi o Marco Sousa, o Duarte Gonçalves e o Carvalho de Moura e o que o deputado António Ferreira deveria ter feito era ter lido o que a Procuradoria-Geral da República disse acerca do assunto: "Nos termos do art^o40, alínea a), sob epígrafe do estatuto dos eleitos locais, o contrato de venda do painel publicitário LED não constituiu manifestamente o contrato de adesão pois contrato de adesão...avance os participantes que a factualidade para além de legal não pode deixar de ser interpretado como um caso de favorecimento. Que é ilegal, já o dissemos, mas não chega interpretação ou até mera conclusão para ir mais além no caso de se pedir a perda de mandato por não ser grave ou dolosa... mas houve intenção de favorecimento? Os participantes concluem que sim, mas elementos provatórios dessa intenção não nos trazem nem dos autos se retiram.

Decisão: Assim, na inexistência de causa de perda de mandato ordeno o arquivamento dos autos." Traduzindo, a ilegalidade foi provada, só que não foram apresentadas provas, mas tem 30 dias para apresentar recurso para o Tribunal Administrativo de Mirandela.

Disse ainda que o PSD Montalegre enviou à distrital do PSD Vila Real uma carta falando de uma determinada promiscuidade entre políticos. Naturalmente o PSD Montalegre sente alguma desconfiança mediante algumas sociedades e mandou uma missiva interna à qual o Prof. Fernando Rodrigues teve acesso.

Felicitou Fernando Rodrigues que é um cidadão respeitável da vila de Montalegre, no entanto faz a sua análise política e tem que ser discutida. É de louvar que um professor de ensino básico público, com 24 anos de autarca se consiga tornar um investidor internacional em Moçambique. É um hino ao empreendedorismo e um sinal da ideia que o serviço público não é devidamente compensatório em termos monetários. Relativamente à componente política a sua opinião é diferente. Fernando Rodrigues em 2009, num dos seus discursos disse "ajudai a vossa terra, ajudai a crescer o nome Barroso, ajudai o progresso de Montalegre, ajudai a construir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

futuro, ajudai os vossos filhos porque é para eles que nós trabalhamos. Trabalhamos para o futuro da nossa terra” e após apregoar este discurso deu o exemplo investindo a 8 mil quilómetros de distância de Montalegre. Por sua vez, para o canal TV Regiões, sobre o que é ser um político disse “o Governo não pode dizer uma coisa e depois fazer outra, isso é mentir. Isso é o que dá descrédito aos políticos e é isso que traz a falta de esperança dos portugueses”. Numa reunião da assembleia municipal, a 23 de junho de 2012, e em resposta ao deputado Pedro Barroso, “falou de uma transferência feita no valor de 50 mil euros para países terceiros. Disse que já estavam previstos no plano pois já havia o compromisso de fazer uma geminação de uma comunidade em Moçambique. Montalegre vai financiar parte de uma escola na região de Nacala (onde esta sediada a empresa Urbnacala onde Fernando Rodrigues tem sociedade de 25%) numa atitude generosa para com as crianças daquela região”.

O deputado Marco Sousa perguntou se a referida escola foi construída, qual a sua localização e qual a entidade que construiu a escola. Com tudo isto, e na sua opinião pessoal e vai ter vínculo político, julga que só lhe resta pedir a demissão como Presidente da Assembleia para dar o exemplo.

A deputada Fátima Crespo disse que, como sempre, sente muito orgulho nas atividades que o Município vai fazendo e por isso parabeniza a autarquia pelas atividades desenvolvidas como é o caso da Feira do Livro em Montalegre, o dia do Município, o dia da Diocese e o Juramento de bandeiras que tanto agradaram as pessoas.

Agradeceu ainda ao executivo o apoio dado nas obras realizadas na Senhora da Saúde em Vilar de Perdizes que em tanto contribuíram para o embelezamento do Santuário. Continuou a falar de Vilar de Perdizes e mostrou a sua alegria pelas obras do campo de Futebol que estão a avançar a bom ritmo e como irão contribuir para engradecer o desporto que tão entusiasticamente está a ser levado a cabo pelo Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes.

Perguntou de quem é a responsabilidade da obra do campo de futebol de Vilar de Perdizes e como está o processo da estrada para Chaves.

O deputado Domingos Vasconcelos espera que as reuniões decorram sem ódios ou crispções. Disse que a bancada da coligação se solidariza com as famílias das vítimas de Pedrogão e com todos os Bombeiros do país.

Referiu que se está no último ano do primeiro mandato do Orlando Alves e vê-se que as obras se acumulam neste último ano, mas infelizmente é um assunto comum a todas as câmaras do país.

Falou dos rails de proteção danificados entre o Cambedo e Ferral e a autarquia devia intervir, procedendo à sua substituição pois trata-se da segurança pública.

Informou que entre Vila Nova e Ferral foram cortadas algumas árvores e convém saber quem foi e se tiveram autorização para o fazer.

Sobre os incêndios, disse que se trata de um flagelo nacional e todas as aldeias deviam ter bocas de incêndio.

Informou que na freguesia da Venda Nova há uma placa que indica Sanguinhedo e esta é em Vieira do Minho. No concelho de Montalegre seria Sanguinhedo.

O deputado Ricardo Moura falou sobre o fecho da piscina de Santo André e perguntou ao PSD porque é que denunciou tão bela obra do concelho, dizendo que não tinha condições. Dizer mal das pessoas não fica bem a ninguém e por isso a bancada do PSD cada vez tem menos gente.

Disse que o matadouro tem nova gerência e perguntou se a Câmara conhece o novo projeto, se o Eng.º Justo continua a exercer lá funções, se a gestão é para continuar como está ou se se irão resolver os males, pois se aquilo correr mal o responsável irá ser o Presidente da Câmara.



*f m*⁹

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que tem lido os jornais e tem estranhado que o Sr. Domingos Chaves de Gralhas não tenha escrito nada no Notícias de Barroso. Questionou-se se foi punido por ter sido um democrata e que fala nas duas vertentes.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Vou voltar a um tema que falei na última sessão, que é a problemática dos cães vadios e errantes (ainda outro dia vi e fotografei 7 cães de grande porte ao lado da rotunda dos "escuteiros"). Têm sido demasiados os problemas causados por eles, desde acidentes com automóveis, ataques a pessoas, ataques a animais, etc. Acho que a Câmara tem de fazer mais nesta matéria e se de facto o custo com os animais recolhidos e entregues ao canil de Boticas se torna insuportável, Montalegre deve pensar em construir o seu próprio canil.

Outro tema que me preocupa bastante é a violência sobre os nossos idosos, a maior parte das vezes infligida por familiares diretos. Já temos a CPCJ que tem algum trabalho no terreno, mas dado o envelhecimento e isolamento da nossa população, acho que cada vez faz mais sentido a criação de uma comissão de proteção dos idosos. Em Montalegre existem várias situações de conhecimento público, e custa aceitar pois, por vezes, dá a sensação que ninguém quer saber. O Município até tem uma técnica na área social com experiência e trabalho reconhecido e acho que pode ser a pessoa indicada para liderar o processo de criação desta comissão de proteção dos idosos.

O terceiro assunto que trago vem na senda do que já disse o meu colega Acácio Gonçalves, acerca do artigo do padre Victor, "Democracia amordaçada". Atenção que não se trata de nenhum político da oposição mas sim de alguém independente e com peso na nossa sociedade. E lembro que eu sou dos que digo há muito que a democracia no nosso concelho é uma fachada, uma utopia, pois são demasiados os casos de medo, repressão e perseguição política, e eu sei do que falo porque também já fui alvo. Então o padre Victor diz, entre muitas ou outras coisas, que "É inadmissível que ainda se procure condicionar o voto dos outros ou comprá-lo com benesses ou prestimosos serviços ou até profetizando desgraças e represálias pela não submissão. Quem pratica estas coisas deve ser denunciado e quem as sofre não tenha medo de as denunciar. (...) Se assim não for, deixemo-nos de cerimónias espampanantes e de belos discursos no dia 25 de Abril."

Por último, não posso escapar ao assunto do momento, "Moçambique". Uma vez que as ligações de Barroso ou Barrosões a este país lusófono estão outra vez na ordem do dia, inclusive em órgãos de comunicação nacionais como o Público (jornal que eu saiba não é do PSD Montalegre), queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se os 101 mil euros destinados à construção de uma escola na região de Nacala, e aprovados por esta assembleia nas revisões aos documentos previsionais de 2012 e 2013, já foram finalmente transferidos. Aproveito também para perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enquanto empresário, se a empresa Urbenacala Lda., se candidatou ao concurso público para construção desta escola. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

O deputado Nuno Pereira disse que nasceu em 480 o mentor da tese "Raciócinios duplos" e segundo essa tese, é possível defender-se sobre o mesmo assunto uma coisa e o seu contrário. Imaginava que isso era um mero exercício teórico, mas depois de ouvir algumas intervenções assiste a um exemplo público desse raciocínio. Lendo alguns jornais e aproximando-se o dia das eleições, certas notícias têm alguma pujança. Não pela riqueza do seu conteúdo, mas pelas atoardas e expressões que provocam. A primeira notícia que lhe chama a atenção é um artigo do Sr. Manuel Ramos. Este senhor há uns anos atrás atacava a Câmara por inoperância pois, segundo ele, a Câmara devia instituir uma taxa turística a cada indivíduo que viesse a Montalegre na sexta 13. Hoje diz exatamente o contrário "as ruas estão espoçadas de excrementos de gado, aldeias imundas e não recomendáveis para viver ou passar fins de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

semana". Isto é, quando diz que se deve aplicar taxa de visitas a Montalegre, diz que as aldeias são bonitas, mas quando é preciso atacar a Câmara as aldeias, que são bonitas, passaram a ser feias. Este senhor deve ter noção que estes artigos são lidos nos quatro cantos do mundo e que passa a imagem que somos um concelho sujo, imundo e porco. É esta imagem que os senhores que defendem o desenvolvimento do concelho passam lá para fora.

Outro assunto é sobre a Comissão de Proteção de Idosos. Quando lê notícias que dizem que "nas aldeias há mais cães do que pessoas, a maioria são idosos e vive de apoios sociais, movimenta-se pelas aldeias como zombies" conclui que esta é a imagem que o PSD tem das aldeias do concelho de Montalegre.

Também o Duarte Gonçalves quer que ele fale, mas depois diz que, como ele tem um passado político pouco recomendável, o que falar não é para ser levado em conta. Continua a lógica dos raciocínios duplos.

Mas o passado político de que falam é que esteve oito anos como vereador na Câmara Municipal de Montalegre e os últimos quatro como responsável pelo urbanismo e durante esses quatro anos esteve com termo de identidade e residência. Sem ninguém saber porquê foi acusado pelo PSD da altura de ter cometido um crime que não cometeu. Das diferentes denúncias que lhe fizeram e da apreciação independente e externa do Ministério Público e da Inspeção Geral do Território, nesses relatórios não está lá que ele cometeu algum crime. Está lá que o Vereador, no desempenho das suas competências, regulou sempre a sua actividade pelos princípios legais e regulamentares aplicáveis. Isto é um facto, mas durante quatro anos sentiu-se vítima de comportamentos persecutórios por parte da cúpula do PSD da altura, mas tem as garantias que sempre agiu segundo a legalidade.

Quanto às últimas notícias lançadas para os jornais reprova-as completamente e condena-as absolutamente. Se as notícias têm o seu fundo de verdade, condena quem prevaricou, da mesma forma que condena se as notícias forem falsas. Condena ainda quem publica notícias com o tipo de linguagem, própria de demagogos, utilizada e com este tipo de oportunidade. Condena porque quem ler as notícias não consegue ficar com a convicção, ainda que meramente aproximada, de que estas notícias são verdadeiras ou falsas e isto é condenável. Espera que quem as escreve saiba que quando se apresenta uma ideia às outras pessoas, só é atendível se a sua articulação, entre os factos apresentados e a conclusão, forem verdadeiros.

Disse que se o PSD tem suspeitas de ilegalidade deve levar o assunto a quem tem capacidades de investigação, o que não é o caso do deputado Marco Sousa e do Dr. Duarte Gonçalves. A sentença feita no jornal não interessa a ninguém se a entidades responsáveis assim não entenderem.

O deputado Paulo Barroso disse que foi enxovalhado e mal tratado pelo PSD e a denúncia foi feita pelo Carvalho de Moura, Duarte Gonçalves e Marco Sousa. Quanto aos primeiros dois disse, que se trata de uma questão política. Relativamente ao terceiro disse que se trata de uma questão pessoal. Pois já anda a atacá-lo e não é de agora. Quando o assunto do Centro Escolar foi levado à Assembleia Municipal, o deputado Marco Sousa disse que o deputado Paulo Barroso lhe disse que é um mau político e não sabe estar e isso é mentira.

Quando ocorreu a situação da extensão de saúde de Tourém, o deputado Marco Sousa disse que o deputado Paulo Barroso tinha dito que o culpado disto tudo é o Dr. Fecha e é mentira. De onde vem o dói não se sabe, mas mais cedo ou mais tarde se saberá.

Manifestou solidariedade com a tragédia de Pedrogão Grande e felicita o Domingos Vasconcelos por ter trazido esse assunto à Assembleia.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre e restante executivo, Senhores vereadores, Caríssimos colegas desta Assembleia e demais presentes. Bom dia a todos!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Em primeiro lugar permitam-me deixar aqui uma nota ao meu estimado colega desta Assembleia, o Dr. Marco Sousa: quando somos eleitos para um órgão, o mínimo que se nos exige é que saibamos os nomes e trabalho das pessoas com quem vamos trabalhar, sejam da nossa bancada ou não. Por uma questão de seriedade para com as funções que desempenhamos e para as quais fomos eleitos, é de elementar exigência conhecer o território e as suas gentes, nomeadamente as pessoas e os seus nomes.

Feito este reparo, permitam-me que troque convosco duas palavras sobre a candidatura da aldeia de Vilarinho de Negrões às 7 Maravilhas de Portugal.

Quem tem na alma, no sangue e no coração Barroso, conhece as divergências salutareis e de brincadeira que há entre as suas aldeias. Já todos ouvimos que "Em Ladrugães, esfolam gatos e mata cães; Arrebata o gacho os de Viade de Cima; Esfolam cabras de Viade; Os Formigas de Brandim; Escotcha mato, os do Antigo; Beloteiros da Vila da Ponte; Caolhadeiros em Bustelo; Lagartos em Fervidelas; Leirões em Lamas e Cucos na Ponteira; Coveiros em Paradela, vergas grandes em Fiães; Salta sebes em Paredes", pois claro que não me poderia aqui faltar na recolha desta animada cantilena, "Em Parafita, arroz pró pote e cabra velha prá caldeira" .

Ora, esta salutar rivalidade entre aldeias, já todos conhecemos e até nos divertimos com ela. O que nunca tínhamos ouvido dizer por cá é que em Vilarinho de Negrões há zombies, mortos vivos, a deambular pelas ruas acompanhados de cães e galinhas. Diz um jornal da terra que é com este quadro que a aldeia de Vilarinho de Negrões foi escolhida para figurar entre as "mais belas de Portugal". Ora, os de fora olham para o nosso território e veem potencial turístico e beleza. Os de cá, com possibilidade de fazer opinião o que fazem? Desrespeitam as pessoas que vivem nas aldeias, aglomerados fundamentais da nossa identidade cultural, e escrevem sem o mais pequeno embaraço que nas ruas de Vilarinho de Negrões só há velhos a arrastar o chinelo, cães e pitas.

Pois bem, Vilarinho de Negrões é muito, muito mais que isso e as pessoas que lá moram também vão saber ler essas notícias e responder a essas notícias no momento e local certo.

É a forma diferente de estarmos e nos colocarmos no mapa que faz de nós diferentes e apetecíveis. É a nossa identidade que apaixona quem cá vem. Obrigada e bom trabalho a todos. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Dias.

Sobre a tragédia de Pedrogão Grande, informou a assembleia que no concelho de Montalegre houve gente que se mobilizou, sob o ponto de vista da responsabilidade civil, para prestar apoio às vítimas dos incêndios, inclusivamente o senhor vendedor de cuecas, cobertores, lençóis e tapetes que fez o favor de fazer um donativo em cuecas, lençóis e cobertores porque há pessoas que perderam tudo pois só lhe restou a coragem de fugir.

Disse que aos deputados eleitos tem que lhes ser exigido o mínimo e esse mínimo é saber os nomes dos colegas e das pessoas com quem se trocam ideias. Admite que são questões culturais que estão em causa e que a alguns nada dizem.

O deputado Fernando Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Um senhor que perdeu as eleições em 89, revoltado com o que lhe sucedeu, criou o seu jornal para vingança política e pessoal e satisfação do seu próprio ego. O objetivo da sua escrita, e o que lhe basta, é tentar denegrir as pessoas e fragilizar o processo democrático.

Para além de constantes ataques pessoais na folha da indecência quinzenal, há algum tempo, o Presidente da Assembleia Municipal foi denunciado também num escrito que se tornou público, nos seguintes termos: "...o Sr. Fernando Rodrigues tem na Polícia Judiciária participações a denunciar enriquecimento ilícito. A vida aburguesada que leva na vila e concelho de Montalegre não deixa ninguém indiferente porque se sabe que o dinheiro que serve para pagar tal ostentação, investimentos de monta e outros, não lhe saiu no Euromilhões... E em contraste com um seu antecessor, jornalista e apicultor..."

Sim! Denúncia escrita contra Fernando Rodrigues.

Nuns casos as insinuações públicas, noutros a cobardia anónima e criminosa, vale tudo numa campanha de mentira e de ódio sem limites.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O direito legal à crítica e a liberdade de expressão, que defendemos como bem maior, confina numa "latitude" que deixa aos jornalistas sem ética, e à imprensa irresponsável e do interesse pessoal, a margem para a manipulação e o insulto gratuito. E alguns têm o entendimento dessa "latitude" que pode chegar à difamação e ao ataque à honra e bom nome das pessoas.

E entre nós há disso bons exemplos e gente que nunca fez outra coisa.

Se bem que não tenha a preocupação de responder a essas vergonhas, não deixo também, quando entendo, de tomar a minha posição e, principalmente, quando se trata de questões relacionadas com o desempenho do cargo de autarca, com que servi, com muita dedicação e muita honra, a minha terra.

E não escondo esta gravíssima e nojenta denúncia em carta escrita, porque permite, a todos, perceberem a natureza da campanha e que relação poderá ou não haver com quem escreve num jornal local.

Claro que por essa denúncia terão de responder em tribunal, e acredito que, desta, não ficarão impunes.

1 - Qual é o enriquecimento? E ainda por cima ilícito? Digam!

2 - Quais são os investimentos familiares de monta, e outros? Digam!

3 - E também a vida aburguesada e a ostentação. Digam!

Era bom que alguém pudesse esclarecer esta Assembleia, porque ninguém sabe do que estão a falar, Nem eu. Ajudem, por favor, quem escreveu ou quem sabe, para que todos façam o juízo certo e correto. E para, se tiverem razão, para além de outras consequências legais que caberiam, deixarem aqui uma palavra de coragem, de honra e de verdade. Digam!

E se esta questão é tão fácil de esclarecer, também as últimas paspalhices de um jornal sem ética, que não ouve os visados nem faz o contraditório como exige a lei, o são:

Assim:

1 - Processo do Centro Escolar-Rigor e legalidade!

A obra foi a concurso público em 2007, há 10 anos, pelo valor de 1.870 mil euros. Foi adjudicada à empresa que apresentou proposta mais baixa, 1.680 mil euros.

Entretanto os trabalhos não começavam e a obra acabou abandonada pelo empreiteiro.

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 24º do Código de Contratos Públicos, foi aberto novo procedimento e adjudicada, por deliberação unânime da Câmara, por 1.522. mil euros, tendo sido concedido visto do Tribunal de Contas.

O empreiteiro não fez qualquer outra obra para Câmara, nem grande, nem pequena.

Qual é a dúvida?

É o que foi. Foi legal e correto!

Até deviam saber os sabichões que declararam, com fogo de pólvora seca, a perda de mandato de um membro desta AM, que a adjudicação de 1.522 mil podia ter sido de 1.870 mil ou até mais.

Resolvemos bem o atraso dos fundos comunitários, respeitamos o interesse público com o preço justo, e tudo, tudo legal e direitinho.

2 - A mentira dos 100 mil euros para escola de Moçambique

Não façam jogo de palavras. Não mintam!

Foram dados 100 mil euros ou outro valor pela Câmara para uma escola de Moçambique, como faz crer o jornal? Não! É mentira, é falso.

Não foi dado, não foi doado, não foi transferido, não foi liquidado, não foi pago, nem esse nem outro valor para escola em Moçambique. Isso é mentira, isso é falso! Isso é canalhice.

3 - Não tenho investimentos nem negócios em Moçambique

Numa deslocação privada a Moçambique, de que dei conhecimento público, e em resultado de um encontro meramente ocasional, acabou por ser constituída uma empresa titulada por quatro pessoas com capital social de 20 mil meticais (296 euros).

Essa empresa, criada na última vez que estive em Moçambique em 2014, só existiu no papel. Não tem empregados, não tem lucros, não tem faturação. Nunca iniciou atividade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Portanto, contrariamente ao que o jornal faz crer, e bem sabe, não tenho investimentos nem negócios nessa empresa nem noutra qualquer.

4 - Boticas que era exemplo

Boticas que era exemplo para atacar Montalegre agora já é mau...

E já agora porque é que falam de candidatura a Boticas? É que, o que nós sabemos, como toda a gente, é que foi o PSD que bem tentou uma candidatura... de Boticas em Montalegre, e só não aconteceu porque o estado do PSD local e as sondagens não lhe eram favoráveis. Mas fazer tão mau resultado como fez o candidato de cá, e como vai fazer o próximo, melhor seria, ainda hoje, ir a Boticas, ou até a Nantes, e trazer de lá um novo.

É que o PSD está gasto e sem conserto. Está agitado, é certo, mas é o desespero. Por saber que está mal, e que vai ficar pior.

O voltar atrás em termos geracionais, políticos e de pessoas, mostra a erosão e até a degradação a que chegou aquele que foi o partido da unanimidade social no Barroso.

A esse PSD seguiu-se o desastre, agravado em cada ato eleitoral, e ultimamente muito bem ajudado pelo CDS.

E esse desastre tem um rosto: o rosto daquele que perdeu o poder e que mais ajudou a afundar os que se lhes seguiram.

Não é preciso perguntar ao Dr. Fecha, ao Eng^o. Adelino, ao Sr. António Cascais, ao Dr. Duarte Gonçalves qual foi a solidariedade ou o apoio que lhes negou. Não. Basta rebuscar os jornais da época para ver o perfil de quem falamos e dos danos que ele causou às suas candidaturas e à credibilidade do PSD.

Pois é esse agora que está de volta. Deixou-os sozinhos e empurrou-os a todos. Tiveram medo dele e sucumbiram.

E volta, lamentavelmente, por falta de coragem, e não só, de outro, e em resultado de uma estratégia concebida por um protocandidato para 2021. Esse protocandidato aliou-se e bebeu na experiência do maior perdedor, do maior no abandono e na crítica aos próprios colegas e enorme no conflito que tem no compromisso com o rigor e a verdade.

Uma estratégia concebida por sabichões em bicos de pés, criada na central de inteligência que dá lições a todos, e que teve grande intuição e rasgo para se acantonar com o avo revoltado para correr com o irmão e ficar no lugar dele.

O protocandidato deve ter-se destruído a si próprio no deslumbramento com o seu futuro político, e acabou antes de o ser.

Mas esse protocandidato 2021 vai ser também responsabilizado pelos próprios companheiros na golpada da sua super estratégia que vai levar o PSD, muito provavelmente, ao pior resultado de sempre no concelho de Montalegre.

E para trás ficará o triste contributo na baixa política e no ataque pessoal, que degrada a confiança dos eleitores nos políticos e nas instituições e a história do último ambicioso e aventureiro mal sucedido.

Sonham e inventam. Só que o povo pondera e vê a realidade. E não se engana.

E por isso cá está o PS, como sempre, com mais responsabilidade agora. Porque hoje é a única força política credível do concelho.

E prontos para renovar essa responsabilidade no próximo contrato eleitoral com os Barrosões. Assinado, o deputado municipal Fernando Rodrigues."

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados João Soares, Marco Sousa, Pedro Barroso, Nuno Pereira, Domingos Vasconcelos e António Ferreira.

O deputado João Soares disse que o deputado Marco Sousa ficou ofendido por ser advertido pelo Presidente da Assembleia Municipal pela questão do tempo da sua intervenção, no entanto perdeu a maior parte do tempo a enganar-se no seu nome. No mínimo devia conhecer os nomes das pessoas com quem se fala, pois menciona nomes de pessoas que estão a mais de 30 mil km e não conhece o nome de um companheiro. Assumiu que não está ofendido. Está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

incrédulo, pois, como diz ser uma pessoa tão ciosa em ler e tratar reuniões, devia no mínimo conhecer o nome dos membros que mais intervêm e esse facto retira-lhe credibilidade quando apresenta alguns assuntos.

O deputado Marco Sousa pediu desculpa ao deputado João Soares por lhe ter chamado João Loureiro. Não houve má intenção, até porque a maior parte das intervenções feitas pelo deputado João Soares são por ele elogiadas. Disse que o arranjo da notícia do jornal "O Público" foi da responsabilidade do jornalista.

Disse que concorda com a intervenção do deputado Nuno Pereira mas, sob o ponto de vista político, o que tem menos legitimidade é o Carvalho de Moura que somente é Presidente da Comissão Política do PSD.

Disse ainda que é político à semelhança do Duarte, pois é membro da Assembleia Municipal.

Informou que o Tribunal Administrativo vê os processos e analisa-os. Nas questões que levanta, não é nada pessoal. É a sua maneira de estar na vida.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Antes de mais, queria dizer ao deputado Nuno Pereira que quem criou um regulamento a taxar os excrementos animais foi esta Câmara e até já foi aprovado por esta Assembleia. Por outro lado, pelo que vi, não condenou uma notícia, mas sim um artigo de opinião assinado por Bento Monteiro.

Para a colega deputada Ana Isabel tenho a dizer-lhe que o Professor Manuel Ramos é doutorado em linguística, sabe bem o que escreve e dá a cara pelo que diz, e ela sabe bem disso. Não é preciso vir para aqui tentar ensinar a ler o que ele escreve, tal como já fez com o seu amigo, o reputado socialista Rodrigo Dantas. Quanto à nomenclatura da comissão de Proteção de Idosos, ela é irrelevante, o que importa é que se constitua e trabalhe. Acho muito bem ir à missa, porque as pessoas não podem apenas ser cristãs para serem Irmãos e poderem votar nas eleições da Santa Casa da Misericórdia.

Na questão de Moçambique, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deve estar tranquilo pois "quem não deve não teme". Faz bem denunciar tudo o que o ofende ao Ministério Público mas, no seu caso, e por tudo o que já saiu ultimamente na comunicação social, eu colocaria o meu lugar à disposição, até para me poder defender melhor. Mas se alguém mentiu foi o Sr. Prof. Fernando quando, na Assembleia Municipal de Junho de 2012, disse (conforme está em ata) que "sobre a transferência dos 50 mil euros para países terceiros (...) já estavam previstos no plano pois havia o compromisso de fazer a geminação com uma localidade de Moçambique, aquando da visita do secretário-geral da associação de Municípios de Moçambique a Portugal. Montalegre vai financiar parte de uma escola na região de Nacala. Uma atitude muito generosa para com as crianças daquela região."

Ao Sr. presidente da Câmara, acerca da culpa da estrada de Vilar pela ponte estar por fazer ser de Chaves, quero tranquilizá-lo pois parece que, finalmente, Chaves está a acordar para Montalegre. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

O deputado Nuno Pereira falou do persistente recurso do argumentário do PSD do caos logístico e ideológico ao princípio da autoridade.

Disse que a intervenção do deputado Pedro Barroso é muito grave pois ao contrário do que ele disse, não se trata de um artigo de opinião. Ou se apresentam factos ou está a cavalgar uma onda populista demagógica e protofascista. Mentir é dizer que aquilo que o outro diz não corresponde à verdade e isso nunca foi feito.

O deputado Domingos Vasconcelos mais uma vez pediu calma. Disse que o deputado Nuno Pereira desempenhou as suas funções exemplarmente e não gostou de saber que ele esteve com termo de identidade e residência. Assumi-lo agora demonstra grande honestidade. Não se podem achincalhar as pessoas. Tem que se retomar a boa educação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que também concorda que o Marco Sousa é político e tem direito a expressar-se. Quanto ao Dr. Manuel Ramos, disse que este não pertence à Comissão Política do PSD e, como tal, não responde pelo partido.

Alertou a Assembleia dizendo que as críticas devem ser construtivas e se se tiver de elogiar deve fazer-se. Toda a gente deve ser amigo pois não se deve estar na política para se fazerem inimigos. Se ofendeu alguém pede desculpa.

Sobre a empresa de Moçambique, disse que se é o que se lê nos jornais, não se percebe nada, mas a vida particular é de cada um.

O deputado António Ferreira disse que leu apenas um pequeno trecho da decisão do Tribunal de Mirandela pois gosta de cumprir o tempo que o regimento da Assembleia lhe permite falar e não maçar as pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que sempre pensou que alguém se fosse pronunciar sobre a denúncia nojenta que apresentaram contra ele pois, quem sabe, a pessoa que assinou a denúncia pudesse vir à Assembleia esclarecer as pessoas qual é o enriquecimento ilícito do Presidente da Assembleia, quais os investimentos familiares de monta e outros em Montalegre e qual é a vida faustosa e aburguesada que leva na vila pois trata-se de um grande auxílio para esclarecimento da verdade.

O Senhor Presidente da Câmara disse ao Presidente da Assembleia que não vai aparecer ninguém que dê a cara para lhe perguntar de onde vem a vida faustosa que só os invejosos e pobres de espírito vêem. Trata-se da política do borralho. Não queima, mas suja.

Disse que não se admite que se esteja há duas horas na chicana descontextualizada do PSD. Daqui a dois meses tudo passa. E não se sacode um líder jovem de preparar o futuro para ser substituído por alguém fora de rego. Disse que nunca ninguém ganhou eleições a dizer mal dos adversários. Tem que se apresentar propostas para serem discutidas.

Disse que há gente que lhe diz que para estas eleições o PS não precisa de fazer campanha pois o PSD faz esse trabalho por ele, denegrindo com política torpe, imaginária e de raciocínio duplo. Fica satisfeito quando vê o Marco Sousa a dizer que o Carvalho de Moura dos três é o menos político e perdoa-se-lhe a demanda e o facto de não saber o nome do deputado João Soares pois que não é cá da terra.

Disse que a Borralha é de facto uma das portas de entrada do concelho onde todos querem viver e a procuram alindar, valorizar e não denegrir, como faz quem se apresenta como alternativa ao PS.

Os moradores de Vilarinho de Negrões contam uma história sobre o actual líder do PSD que é jornalista encartado e que foi um dia à aldeia para fazer uma reportagem sobre um crocodilo que andava na barragem. Talvez tenha tropeçado nalguma galinha ou nalgum cão, que é o que dá ruralidade ao nosso território e é também isso que faz de nós Ecomuseu e faz com que Vilarinho de Negrões seja seleccionada no concurso para as 7 Maravilhas de Portugal. Pena que até isso ridicularizem. A propósito dessa iniciativa, disse que no dia 9 de julho vai estar no programa da RTP a divulgar a beleza da aldeia e é por isso que o PS é querido e ganha votos. Trata-se de um partido com aceitação no povo porque falam as verdades e têm ideias para o concelho, estando sempre na primeira linha a defender Montalegre e as suas gentes.

Realçou que na altura das eleições vai tentar estar por perto quando a alternativa democrática for pedir os votos a Vilarinho de Negrões.

Anunciou que há uma candidatura ao PROVERE no valor de 200 mil euros para a Borralha que a Câmara vai desenvolver pois esta aldeia foi demasiado grande e importante para que seja esquecida. Devemos-lhe esse reconhecimento e veneração para com a história do concelho de Montalegre. Onde os fundos comunitários não chegarem, o orçamento camarário avançará, pois se a obra começou tem que ser acabada com a compra da casa da direcção e da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

musealização de um troço do interior da mina para que se possa fazer dinamização turística no Baixo Barroso.

Falou das notícias inventadas pelo PSD a dizer que a exploração do lítio está assegurada. Ironia sintomática do rigor que o PSD põe em tudo, já que, nesse mesmo dia, a empresa mandou os funcionários embora e interrompeu os trabalhos de prospeção. Entretanto, já foram retomados. Sobre o lítio, o que está escrito é o imaginário. Ninguém sabe nada, mas há esperança de que possamos um dia ver actividade como se viu nas Minas da Borralha há uns anos atrás para dinamização do território, para a valorização do mesmo e sobretudo para enriquecimento do país e fixação de pessoas na nossa terra.

O caso LED merece, por parte daqueles que andaram a brincar e a denegrir o nome do Paulo Barroso, um pedido de desculpa público. O desnorte é tão grande que só sabem deitar lama para a cara das pessoas. O tribunal diz que não se vislumbra qualquer impedimento legal ou impedimento por interesse do próprio ou por via de relação familiar e o que conta é que não houve intenção de favorecimento. Assim, na inexistência de perda de mandato, ordena-se o arquivamento dos autos. É o que está escrito e que devia envergonhar os políticos do PSD.

Sobre o projecto do CRIMNA disse trata-se de um projecto de valorização do património cultural nos territórios de montanha em que há parceiros da Polónia, Itália, França, Eslovénia e Espanha sendo que cabe a liderança ao parceiro da Polónia e de que faz também parte a ADRAT.

Sobre o Conselho Municipal da Juventude, disse que várias insistências foram feitas junto do PSD e CDS para indicarem os seus representantes e aguarda-se a indicação. Mas, mais importante do que arranjar espaços para que se possa falar mal da Câmara, são as políticas que a Câmara faz: políticas para a juventude, políticas para a 3ª idade, para quem trabalha, para quem está desempregado. Nunca houve tanta juventude a praticar desporto como agora, há políticas para formação musical na Banda de Salto, na Banda de Parafita, na Escola de Música Tradicional do Larouco e nas associações onde é gasto 1 milhão de euros e tudo isto é para as pessoas que cá moram sejam jovens, debutantes ou menos jovens.

Disse que o PSD andou toda a vida a dizer que em Boticas é que se vivia bem e agora andam a ferrá-los. Lamenta que o Sr. Arcipreste de Montalegre queira trazer o modelo de Boticas para cá.

Falou da estrada de Chaves e disse que é uma má notícia para o PSD. Está prestes a arrancar. Está pendente do visto do Tribunal de Contas. Demorou um ano e meio litigando em tribunais perdendo-se algum tempo. O candidato da alternativa assume ter bons relacionamentos exteriores e com a imprensa. Neste conjunto de bons relacionamentos será que não houve Espírito Santo de ação?

Sobre o campo de futebol de Vilar de Perdizes, disse que é para acabar com a vergonha de ser o único campo de futebol do distrito de Vila Real em terra batida.

Disse ao deputado Domingos Vasconcelos que, uma vez que está descontextualizado no PSD, faria bem experimentar o outro lado da bancada e que não é o ano em que se fazem mais obras, pois o orçamento é o mesmo. São os olhos dele que as vêem por serem sempre muitas. Disse ter dúvidas que Sanguinhedo não seja mesmo assim que se escreve, mas vai tentar saber.

Sobre a piscina de Santo André, disse estar em marcha e que vão ser precisos 160 mil euros. É uma responsabilidade muito grande para a Freguesia de Santo André que depois das obras feitas fica com um encargo pesado a suportar nas exigências do seu funcionamento.

Sobre o matadouro, disse que houve lugar a eleições, tem um conselho de administração novo e o projeto da nova gerência terá que apostar verdadeiramente na defesa do importantíssimo equipamento. Vão pedir uma auditoria pois quando se entra de novo é bom que se saiba com o que na verdade se conta. O matadouro já há muito está falido e houve uma injeção de capital para tentar salvá-lo. Quanto ao Engº Justo, disse que lhe foi pedido para não se desligar do matadouro até porque ele é um dos credores. Houve uma transição pacífica, uma equipa nova que se apresentou a sufrágio e que saiu ganhadora.



17
F. M.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre a protecção dos idosos, disse que independentemente da criação de comissões não nos iliba a nós de reportarmos casos de que tenhamos conhecimento.

Sobre os cães disse que são realmente uma praga. A Câmara tem agido dentro dos limites legais a que está obrigada e os que são apanhados vão para o canil de Boticas.

Lamentou que um país que chega fogo ao património florestal, despreza os idosos e dá pouco valor às crianças seja um país que não pode ter grande futuro.

Disse que o PSD diz mal da Feira do Fumeiro mas quer taxar as pessoas que vêm a Montalegre na sexta 13. Isto é que ser amigos e bons gestores.

Sobre a solidariedade com Pedrogão Grande, disse que é uma obrigação de todos nós e para cuja causa todos devíamos contribuir.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Acácio Gonçalves e Domingos Vasconcelos

O deputado Acácio Gonçalves disse que não tinha intenção de falar mais, mas como o Fernando Rodrigues o acusou, tem de falar. Disse que já havia tentado falar nesse assunto na assembleia Municipal, mas o Fernando Rodrigues disse que esses assuntos eram para ser discutidos judicialmente. E logo para começar levou com o arquivamento do processo por parte do Ministério Público. Mas, não satisfeito e como tem a carteira abastada, move uma acção contra o Acácio Gonçalves, o qual tentou amenizar o assunto e quem sabe até pedir desculpas.

Sobre o Conselho Municipal da Juventude, disse que não está satisfeito com a resposta que o Presidente da Câmara deu pois qualquer comissão municipal pode funcionar com os presentes. O Conselho Municipal da Juventude existe e o representante do CDS é o deputado municipal José Fernando Moura, mas ninguém o convocou. Também ninguém convocou os representantes dos estudantes do básico e secundário do Agrupamento de Escolas de Montalegre. A comissão é um estorvo para a Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao deputado Acácio Gonçalves por ter trazido a notícia de que o Jornal "Notícias de Barroso" e o Prof. Carvalho de Moura pode falsificar o símbolo da Misericórdia de Montalegre e podem fazer um comunicado falso em nome da Misericórdia.

Sobre a vida aburguesada e o resto não disse nada aqui mas vai dizê-lo em tribunal.

O deputado Domingos Vasconcelos agradeceu o convite feito pelo Presidente da Câmara, mas é militante do PSD há muitos anos.

Perguntou quem é o novo presidente do Matadouro.

O Senhor Presidente da Câmara disse que só ainda não se sabe quem é o novo Presidente do Matadouro porque os jornais locais só informam o que não devem. São três quadros superiores e a Câmara tem o dever de com a nova equipa ser, igualmente colaborante como o foi em relação ao anterior Conselho de Administração.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir os deputados Marco Sousa e Pedro Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Marco Sousa disse que também esteve um ano com termo de identidade e residência porque também houve alguém da cúpula do PS que fez queixa dele e afinal também não havia motivo.

Falou de uma notícia do ano de 1999, do jornal "Correio do Planalto" em que o Presidente da Câmara da altura, dizia que a EN103 para Braga tinha que ser melhorada e que se não o conseguisse dava o lugar a outro.

Em 2015, Orlando Alves, já Presidente da Câmara de Montalegre, numa entrevista disse que Montalegre iria investir 2.7 milhões de euros nos trabalhos de beneficiação da Estrada Municipal 508 de Montalegre aos limites do concelho. O anúncio público já foi publicado em Diário da República sendo que o prazo para execução do contrato está fixado em 18 meses. Esse prazo já terminou e a obra ainda nem sequer começou.

Disse que o PS fez notícia quando a coligação votou favoravelmente o orçamento. Mas confessou que votaram a favor porque sabiam que não iam cumprir o que prometeram.

Em agosto de 2009 anunciaram que a estrada estava para breve pois estavam em campanha eleitoral. Em 2013, com Orlando Alves Presidente, diz que outra estrada está para breve e em 2017 está para breve outra vez.

Isto é uma clara prova que o PS nem com a ajuda do PSD consegue cumprir o que promete e Montalegre é que sofre pois um concelho sem acessos não desenvolve.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Já aqui se falou dos incêndios e tem havido um esforço na limpeza das bermas das estradas municipais, mas acho que ainda é preciso fazer mais. Também acho que se deve aumentar a fiscalização sobre os particulares no que concerne à limpeza em volta das habitações, conforme determina a lei. Ainda assim, neste combate, eu sou contra o uso de herbicidas pois todos devemos ajudar a preservar o nosso património natural e a qualidade das nossas águas. Nesta área, vejo como positivo que o Município e as Juntas de freguesia estão a reduzir, ou mesmo a extinguir, o seu uso, o que é um bom exemplo para os particulares.

Falando das atividades, vejo neste documento a prova "Gerês Granfondo", que é uma prova que atrai muitos atletas de todo o mundo e até tem algum impacto na região, mas que no futuro deverá ter uma melhor organização, para que não ocorram acidentes. A informação e sinalização desta prova têm sido sempre insuficientes, as pessoas nunca sabem de onde vêm os ciclistas e só não tem acontecido acidentes graves por milagre.

Já que estou a falar de ciclismo aproveito para lamentar o que considero uma derrota pessoal do Presidente Orlando Alves. Ora, depois de um investimento tão grande na estrada do Larouco para trazer cá a Volta a Portugal em bicicleta, acho que é uma fracasso para ele que, em ano eleitoral, a mesma não tenha uma etapa a terminar no alto da nossa serra.

Quanto a Vilarinho de Negrões, uma aldeia que já aqui bem defendi noutras sessões, aproveito para perguntar quando irá ser concluído ali o saneamento básico e a instalação da iluminação LED para ajudar a expulsar, de uma vez por todas, os supostos zombies e os jacarés. Porque se é uma aldeia muito bonita para ser usada para fazer política, como o Sr. Presidente e outros o fizeram, também é muito bonita para se investir nela e assim melhorar as condições para a sua população e os seus visitantes.

Sinto que falta, neste documento, uma transferência ainda algo avultada, e que foi dada ao Grupo Desportivo de Chaves por ocasião da meia-final da taça de Portugal de futebol. Será que não consta por causa do que saiu no Blog independente, "Má Despesa Pública", intitulado "Montalegre: como (não se deve) injetar dinheiro no futebol": «A autarquia de Montalegre, concelho do distrito de Vila Real com 9.638 habitantes (Pordata, 2015), deve ter receio da (inexistente) concorrência aos serviços públicos que presta. Só assim se pode justificar os 8 mil euros que pagou ao Grupo Desportivo de Chaves - Futebol SAD por "serviços de publicidade no jogo da primeira mão da meia-final da taça de Portugal" que realizou-se no passado dia 1 de Março. O Má Despesa foi espreitar o relatório do orçamento para 2017 e, ao analisar a rubrica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

"funções sociais", constatou que o município prevê gastar 300 euros em "promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar", 5500 euros em "ações de animações com escolas", e 15 mil euros em "livros para alunos carenciados e outros auxílios económicos" - só a título de exemplo e para efeitos comparativos com o valor "investido" no clube de futebol do concelho vizinho. O Tribunal de Contas que ponha os olhos nisto - e os eleitores de Montalegre também.» Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso".

Na resposta, o Senhor Presidente da Câmara disse que já se dá por contente por não ter sido considerado "presidentezinho" nesta Assembleia, uma clara e irónica alusão ao tom educado e cordato em que, surpreendentemente, o deputado Pedro Barroso se manteve durante toda a sessão.

Disse que a estrada do Larouco ainda vai ser muito falada. Ali irá ser criado e edificado um centro de BTT que dará apoio aos ciclistas portugueses e espanhóis que a procuram para a prática desportiva e muita gente lá vai. Independentemente da Volta a Portugal vir ou não, criaram-se condições para a prática do desporto. O facto da Volta a Portugal não vir a Montalegre, não constitui uma derrota para ele pois foi ele que não a quis pois tem responsabilidades financeiras a cumprir e um final de etapa custa muito dinheiro. A estrada do Larouco não foi feita para a Volta a Portugal. Foi feita para a prática desportiva em que se deixam envolver centenas de ciclistas que a procuram e dela fazem pista de treino. Fez-se ainda para uma maior qualificação e sustentabilidade do turismo da região.

Disse que os herbicidas foram banidos de Montalegre. Eram gastos 17 mil euros só na vila. A política é feita de coragem e as pessoas têm de perceber que o herbicida é bem mais nefasto e prejudicial que todas as ervas que se possam encontrar nos passeios da vila.

Disse que a história de votarem favoravelmente um orçamento porque sabiam antecipadamente que não ia ser cumprido. É digno de vir na tal imprensa do deita abaixo em que o PSD é perito. Isso não cabe na cabeça de ninguém. É uma espécie de ser político pela negativa e o PS prefere ser construtivo. O processo da estrada para Chaves iniciou-se em 2014. Em 2015 foi para elaboração e rectificação do projecto e os processos são morosos e complicados. Mas agora percebe porque é que houve tanta complicação nos tribunais. Tem o direito de pensar que, como o deputado Marco Sousa sabia que não ia ser cumprido, é porque as informações resultam das boas relações que tem com a imprensa, com os empreiteiros e instituições. Tem o direito de pensar que foi o PSD que preparou o atraso da obra.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Escritura Pública da alteração de estatutos da ANAM / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3. Relatório e Contas Consolidadas – 2016

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Marco Sousa disse que tem poucas relações com empreiteiros e para evitar o clima de crispação oferece ao Presidente da Câmara um projecto de parcerias público-privadas que o pode ajudar no exercício das suas funções.

Sobre o Matadouro disse que sabe que a Câmara tem uma quota de 26,88% e gostava de saber quem são os restantes accionistas.

Perguntou de que forma é que o matadouro se interliga com a CoopBarroso.

O Senhor Presidente da Câmara disse que no ponto anterior se esqueceu de esclarecer o assunto do subsídio dado ao Grupo Desportivo de Chaves que foi bem dado pois pode-se aproveitar das camisolas dos jogadores para fazer publicidade e também o farão no pressuposto que o Chaves, estando na 1ª divisão, pode ser um elemento fulcral de afirmação e dinamização da região. Pessoalmente, elege Chaves como capital de um pólo sub-regional transmontano onde os seis municípios da CIM se acomodam e bom seria que Chaves sentisse o mesmo em relação a Montalegre pois assim a estrada, para Chaves já estaria concluída pela ponte. Assim que Chaves avançar com a estrada. Montalegre avança de imediato. Mais, a decisão de avançar com o troço existente vai servir para colocar pressão no colega de Chaves e trazê-lo a abraçar a decisão e avançar pela ponte nova. Disse que fez tudo para que a estrada passasse pela ponte pois é o seu dever e o respeito pelas políticas desenhadas pelo ex-presidente. Chegou a pedir ao Passos Coelho e na CCDRN que apoiassem exclusivamente Chaves pois que Montalegre assumiria as suas responsabilidades. A última conversa que teve, acerca da estrada, com o Presidente da Câmara de Chaves foi para lhe disponibilizar o mesmo levantamento que Fernando Rodrigues ofereceu ao Presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto há anos atrás. Tudo sem sucesso mau grado ter sugerido participar com €400.000. Sobre a estrutura acionista do Matadouro, disse que a Câmara de Montalegre tem 26,2% de ações, mas quer-se libertar delas porque é um peso exageradamente grande. Os demais acionistas são a Caixa Agrícola com 20%, a PEC com 20% também e a CoopBarroso é que tem maior participação.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Marco Sousa, Pedro Barroso, Acácio Gonçalves, Sofia Fernandes, Domingos Vasconcelos e Joaquim Babo.

4.4. Contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Montalegre na Junta da União de Freguesias de Montalegre e Padroso para a gestão da Casa Mortuária de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.5. Águas do Norte – Grupo Águas de Portugal / Plano de Atividades e Orçamento 2017, Relatório & Contas 2016 e Relatório do Governo Societário de 2016 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



21

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6. Proposta de transformação da sociedade por quotas “Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.” participada pelo Município de Montalegre, em sociedade anónima.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7. Ratificação da Adenda ao Contrato de Organização do Campeonato de Rallycross / Ratificação / Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir os deputados Marco Sousa e Pedro Barroso.

O deputado Marco Sousa disse que não é a favor nem contra. Apenas quer salvaguardar os direitos de Montalegre pois trata-se de um acordo pré-contratual e as regras serão ditadas segundo as leis de Inglaterra, que são bem diferentes das portuguesas. Para resolução do contrato, em Portugal, pode-se evocar o princípio da má-fé mas para os ingleses isso não existe. Era aconselhável que na negociação do contrato, em vez de se aceitar a lei inglesa, se encaminhe para um tribunal internacional que possa mediar os interesses de ambas as partes.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “É lamentável que com tantas necessidades fundamentais ainda por cumprir no nosso concelho se continuem a destruir fundos naquilo que já designei como o nosso maior “cancro”, a pista automóvel. O retorno que o concelho tem obtido em relação ao investimento ali realizado é irrisório e custa-me aceitar que o Município ainda vá comprometer mais 4 milhões naquela infraestrutura. Ainda assim, neste contrato, e a cumprir-se, vejo uma coisa positiva: conclusão da nova estrada 508 entre Chaves e Montalegre, a 1 de abril de 2018. Muito curiosa a data – 1 de Abril, acredito que esta foi uma das contribuições do Município para este contrato. Aproveito para perguntar ao Sr. Presidente se, no caso de não conseguir cumprir com esta promessa do primeiro de Abril, também vai “dar o lugar a outro”, como um reconhecido “ex-Presidente” o fez em relação à EN 103 em 1999, conforme relatado no jornal Correio do Planalto nº 435. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que considerar zombies aos habitantes de Vilarinho de Negrões, taxar as entradas nas sextas 13, desvalorizar a Feira do Fumeiro e não valorizarem o quanto a pista representa para Montalegre, encaixa tudo na mesma incompetência e incapacidade de ver o futuro e de pensar que a política já não é feita à volta dos campos de futebol ou paralelos nas ruas dos amigos.

Neste momento há quatro saneamentos a concurso: Ormeche, Parafita, Vilarinho de Negrões e Morgade. Depois ainda hão-de vir mais.

Disse que não se pode desperdiçar a oportunidade de continuar com as provas do mundial pois o nome de Montalegre fica nas bocas do mundo. Não perceber isto é criminoso.

O tribunal tem que ser obrigatoriamente o inglês.



22
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com um voto contra do deputado Pedro Barroso e com quatro abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Sofia Fernandes, Domingos Vasconcelos e Marco Sousa.

4.8. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.9. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Meixedo e Padornelos, destinado a apoiar as despesas com a construção da Casa Mortuária de Meixedo.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10. Pedido de apoio financeiro formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a financiar as obras em Viade de Baixo e Fervidelas.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11. Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, destinado a apoiar as despesas com a realização do Evento da Misarela 2017.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Domingos Vasconcelos.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que toda a gente deve estar a favor deste pedido e relembrou que antigamente era a própria população que limpava a aldeia. Disse ainda que a Câmara se deveria também lembrar de Sidrós pois com a Festa da Misarela ficava bem estar tudo limpo.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.12. Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Santo André, destinado a apoiar as despesas com a realização de obras na piscina de Santo André.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António José Lourenço Gomes, residente na rua Portela Poça, nº 15, Paredes do Rio, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.14. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Óscar Rodrigues Oliveira, residente em Beco Castelar, nº 3, Vilar de Perdizes, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.15. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Nuno Miguel Gonçalves Pereira, residente na rua Central, nº 25, Pereira, Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.16. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Silvestre Dias Teixeira, residente na rua Principal, nº 1, Antigo de Sarraquinhos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.17. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Jorge Pinto Mendes, residente na rua Principal nº 20, Peirezes, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.18. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Manuel Acácio Silva Pires Rio, residente na rua do Bairro nº 7, Lamas, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.19 Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Pedro Esteves Gonçalves, residente na rua Quebrada, nº 3, Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.20. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Ricardo Teixeira Silveira, residente na rua Vaganheira, nº 3, Pedrário, freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sarraquinhos destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.21. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Maria Eira Martins, residente na rua da Fecha, nº 20, Parada, freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.22. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Fernanda Jesus João Eira Martins, residente na rua da Fecha, nº 20, Parada, freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.23. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Lurdes Fátima Santos Pires Carneiro, residente na rua Barro, nº 12, Sarraquinhos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.24. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Antónia Pereira Alves, residente na rua Santa Maria Madalena, nº 4, Vial da Ponte,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.25. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Emília Gonçalves Abreu, residente na rua do Adro, nº 3, Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.26. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ermelinda Dias Eira-Cabeça de Casal Herança, residente na rua Fecha, n.º 20, Parada, freguesia de Outeiro, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec.-Lei n.º 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.27. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Sónia Margarida Dourado Fernandes, residente na rua D'Além, n.º 5, Amial, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec.-Lei n.º 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.28. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Lúcia Jesus Fernandes Santos Pereira, residente na rua Central, n.º 25, Venda Nova, União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec-Lei n.º 165/2014, de 5/11).



27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.29. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Carlos Jesus Rodrigues Moura, residente na rua da Igreja, n.º 16, Paredes do Rio, União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec-Lei n.º 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.30. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Glória Alves Santos, residente no Largo Rigueiro, n.º 16, Covelães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei n.º 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.31. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Rosa Conceição Gomes Duarte, residente na rua Principal, n.º 20, Brandim, Viade de Baixo, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei n.º 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.32. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Graça Barroso Ponteira Gonçalves, residente na rua Principal, n.º 20, Brandim, Viade de Baixo, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei n.º 165/2014, de 5/11).

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

4.33. EHATB, BIM, SA / Relatórios de Execução Orçamental 1º trimestre 2017.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, estava encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia


Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário


Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário


Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas